

Engajamento Político Entre Atores Não Estatais: Participação Convencional e Não Convencional em Perspectiva Comparada

Éder Rodrigo Gimenes¹

Resumo: O artigo trata da mensuração da participação política entre os atores políticos não estatais nas diferentes formas de engajamento político convencional e não convencional, bem como da análise comparativa dos dados resultantes desta medição com outras bases de dados, com vistas a identificar as semelhanças ou diferenças entre as medidas de participação convencional e não convencional nas suas várias formas entre os atores selecionados e os cidadãos da Região Metropolitana de Maringá e a população nacional.

Palavras-chave: Participação – Contestação - Atores políticos – Democracia - Elites

Abstract: The article concerns to the measurement of the political participation among non state political actors in the different forms of political engagement conventional and unconventional, as well as the comparative analysis of data resulting from this measurement with other databases, to identify similarities or differences between the measures of conventional and unconventional participation in its various forms among the actors selected and the metropolitan region of Maringá citizens and the national population.

Keywords: Participation – Contestation - Political actors – Democracy - Elites.

¹ Doutorando em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Membro do grupo de pesquisa “Cultura Política e Democracia” (CNPq). Contato: ergimenes@uem.br.

1. Considerações iniciais

Nas últimas décadas, os países latino-americanos têm experimentado mudanças significativas em seu desenvolvimento econômico, político e social. As jovens democracias enfrentam pressões populares pela geração de maiores oportunidades equitativas de acesso à arena política, pelo aumento da transparência na atuação dos gestores públicos e das instituições políticas.

Dados coletados pelo Latinobarómetro (2007) apontam que em metade dos países latino-americanos o percentual de cidadãos que considera a democracia como a melhor forma de governo é próximo à metade do número de entrevistados. Em termos quantitativos, o Brasil ocupa apenas a décima terceira posição dentre os dezoito países analisados, com percentual de 50,48% de indivíduos que entendem que a democracia é melhor que os demais tipos de regimes políticos.

Na verdade, o Brasil, assim como outros países submetidos no século passado a regimes autoritários, tem vivenciado apenas nas últimas décadas a experiência democrática, quando enfrenta dificuldades para a consolidação e funcionamento efetivo do regime por conta de diversos problemas, dentre os quais se destacam as bases para adesão dos atores às regras do jogo político democrático, com oposição entre a adesão instrumental com ênfase nas instituições e aquela baseada em princípios e valores (LIMA; CHEIBUB, 1996).

Diante desse cenário, autores como Moisés (1995, 2005) e Ribeiro (2008) identificaram em suas pesquisas diferentes níveis de adesão ao regime democrático no Brasil, com distinção entre o apoio à democracia em termos abstratos e avaliativos, conforme medidas definidas por Easton (1975). Segundo esse último autor, o primeiro nível de adesão se refere aos valores dos indivíduos acerca do sistema, ao passo que o segundo trata da avaliação dos indivíduos quanto ao desempenho de instituições e autoridades.

Em termos de participação democrática, muitos pesquisadores têm identificado resultados que apontam para o declínio ou estabilização das formas convencionais de participação (DALTON; WATTENBERG, 2001; PUTNAM, 2003; BORBA; RIBEIRO, 2011) e para a ascensão de modalidades não convencionais (INGLEHART; CATTERBERG, 2002; CATTERBERG, 2003; DELLA PORTA, 2003; WELZEL; INGLEHART; DEUSTCH, 2005; NORRIS, 2007; BORBA; RIBEIRO, 2011).

Diante desse cenário, cabe destacar que tais afirmações consideram, não raras vezes, resultados de pesquisas desenvolvidas por institutos como o Latinobarómetro, *World Values Survey* (WVS) e *Latin American Public Opinion Project* (LAPOP). Sobre tais pesquisas, é importante salientar que apesar de o Brasil ter sido incluído em alguns importantes estudos internacionais sobre o tema, não existem estudos sobre eventuais singularidades no comportamento de grupos de indivíduos.

A partir de tal constatação, foi empreendida uma pesquisa com a finalidade de estabelecer o perfil de um grupo específico de atores políticos não estatais do município de Maringá (PR), constituintes de um segmento de elite, em termos de valores, crenças e comportamento político. Tal pesquisa se justificou a partir do argumento de que se a cultura política deve ser considerada um importante fator explicativo para os fenômenos políticos contemporâneos, os valores, crenças e atitudes daquelas pessoas que estão mais diretamente envolvidas nos processos políticos possuem uma relevância ainda maior (GRYNSZPAN, 1996; LIMA; CHEIBUB, 1996; ALMEIDA; BRAUNERT, 2007; PERISSINOTTO *et al*, 2007; RIBEIRO; BOLOGNESI, 2008; RIBEIRO, 2008).

Os resultados da pesquisa permitiram inferir que tais indivíduos aderem em maior medida à democracia, em termos de apoio difuso e específico, em comparação com a população da

mancha urbana da Região Metropolitana do município, segmentos de elites políticas estaduais e políticas e empresariais nacionais e com a população nacional (GIMENES, 2011).

Nesse contexto, considerando que o destacado segmento de elite não estatal maringuaense adere à democracia em medidas expressivas, faz-se relevante avançar na análise da cultura política de tais indivíduos e questionar como tais indivíduos desempenham seu papel enquanto atores sociais participativos.

Diante do exposto, o presente artigo tem por objetivos:

- 1) Mensurar as medidas em que se dá a participação entre atores políticos não estatais nas diferentes modalidades de engajamento político convencional e não convencional;
- 2) Analisar comparativamente os dados decorrentes de tal mensuração com outras bases de dados, a fim de identificar semelhanças ou discrepâncias entre as medidas de participação convencional e não convencional em suas diversas modalidades entre os atores selecionados e as populações da Região Metropolitana do município de Maringá e nacional.

Para tanto, o presente artigo encontra-se dividido, além das presentes considerações acerca do tema da pesquisa, em seções que tratam: da conceituação e tipificação das modalidades de participação política; da metodologia empreendida na definição da amostra, coleta e análise dos dados; da apresentação dos resultados da pesquisa quanto a caracterização dos atores políticos não estatais e seu engajamento político; da análise comparativa entre os resultados expostos na seção anterior e aqueles decorrentes de outras pesquisas em nível local e nacional; e das conclusões da pesquisa.

2. Abordagens teóricas sobre a participação política

O tema da participação política e sua relação com o regime democrático é um dos mais debatidos em se tratando da história da reflexão política (BORBA; RIBEIRO, 2011). Na verdade, o conceito de política remete à participação (DELLA PORTA, 2003).

Segundo González (2011), a dificuldade encontrada pelos sistemas políticos vigentes quanto à representação da totalidade dos segmentos das populações nacionais e os déficits de apoio às instituições representativas democráticas, na década de 1990 e no princípio do século XXI, foi enfrentada pela proposição de mecanismos alternativos de participação nas decisões políticas. Nesse cenário,

Mesmo ocupando um papel de coadjuvante no funcionamento das modernas democracias, restam à participação outras funções relacionadas ao controle e à fiscalização da autoridade política. Atividades de demandar bens públicos, de tematizar questões públicas e os protestos também fazem parte do rol das formas de participação (BORBA; RIBEIRO, 2011, p. 95).

Em termos de tipologias, a classificação mais usual acerca das modalidades de participação diferencia formas convencionais e não convencionais, sendo as primeiras relacionadas, de modo geral, ao momento eleitoral, e as segundas a atividades contestatórias ou de protesto.

Dentre os estudos que tratam sobre a participação, Milbrath (1965) propôs que os comportamentos participativos ocorrem num *continuum*, em termos de custos e complexidade, cuja sistematização consistiria na seguinte listagem: expor-se a solicitações políticas, votar, participar de uma discussão política, tentar convencer alguém a votar de determinado modo, usar um distintivo político, fazer contato com funcionários públicos, contribuir com dinheiro a um partido ou candidato, assistir a um comício ou assembleia, se dedicar a uma campanha política, ser membro ativo de um partido político, participar de reuniões onde se tomam decisões

políticas, solicitar contribuições em dinheiro para causas políticas, candidatar-se a um cargo eletivo, e ocupar cargos públicos.

Tais comportamentos, relacionados a formas socialmente aceitas de participação, foram definidos como convencionais. Os autores, assim como Almond e Verba (1963) e Verba e Nie (1972), desconsideravam em suas análises outras formas de engajamento político, como a participação em movimentos de protesto político, por exemplo.

Entretanto, a partir da década de 1960 iniciou-se uma expansão dessas formas de mobilização, as quais Norris (2007) denomina de participação *cause-oriented*, fortemente ligadas às atividades de contestação, que vão reconfigurar o campo das práticas e repertórios de ação daqueles indivíduos engajados politicamente.

Conforme Della Porta (2003), tais comportamentos se expressam por atividades que se caracterizam como formas não convencionais de participação, dentre as quais a autora destaca: escrever a um jornal, aderir a um boicote, auto-reduzir impostos ou rendas, ocupar edifícios, bloquear o trânsito, assinar uma petição, fazer um *sit-in*, participar numa greve, tomar parte em manifestações, danificar bens materiais e utilizar violência contra pessoas.

Para Borba e Ribeiro (2011), considerando a distinção entre as modalidades de envolvimento acima descritas, uma série de investigações empíricas tem apontado para o declínio ou estabilização das formas convencionais de participação e para ampliação das não convencionais. Ainda segundo tais autores, desde a década de 1970, Inglehart já apontava em suas pesquisas a ocorrência de alterações nas prioridades valorativas individuais em direção a uma postura pós-materialista (RIBEIRO; BORBA, 2010).

Sobre a atuação dos indivíduos por meio do engajamento político, Della Porta (2003) afirma que a participação convencional encontra-se relacionada à não convencional, um indicativo de que enquanto existem atores que optam por uma ou outra forma de participação, há também aqueles que combinam ambas as modalidades em suas ações.

Por sua vez, Ribeiro e Borba (2010) afirmam que a adoção de uma postura crítica em relação ao funcionamento das instituições democráticas e o questionamento dos mecanismos tradicionais de representação implicaram na redução significativa das taxas de mobilização política convencional nas últimas décadas, situação que poderia se configurar em sinal de apatia por parte dos indivíduos caso não estivesse ocorrendo em paralelo um movimento inverso: o aumento dos índices de participação em atividades de contestação às instituições e elites estabelecidas.

Há que se mencionar ainda a opinião de Putnam (2003), segundo o qual as evidências empíricas do crescimento das novas formas de participação são bastante frágeis (BORBA; RIBEIRO, 2011) e para quem os indícios de tal crescimento não necessariamente seriam positivos para a democracia.

Não há, entretanto, uma convergência entre os autores que pesquisam sobre a participação quanto ao avanço, estagnação ou queda do engajamento político dos cidadãos, nem quanto ao efeito de suas variações sob o regime democrático. Segundo Borba e Ribeiro (2011, p. 100), o panorama atual sobre o assunto apresenta “de um lado, a visão otimista sobre a convergência entre as diferentes formas de participação. De outro, o pessimismo de Putnam e sua tese do declínio do capital social”².

2 Conforme destacado anteriormente, esta pesquisa pretende apresentar considerações empíricas acerca da participação política entre atores políticos não estatais pertencentes a um segmento de elite, de modo que a discussão acerca dos efeitos das variações nas modalidades de engajamento não se constitui em objetivo deste artigo.

3. Metodologia da pesquisa

Os dados analisados decorrem da pesquisa intitulada “Cultura política e elites não estatais” (GIMENES, 2011a). O segmento de elite não estatal analisado é composto por dirigentes de fundações privadas e associações sem fins lucrativos (FASFIL), uma vez que tais indivíduos atuam como agentes políticos na medida em que são responsáveis pelo desenvolvimento de atividades voltadas às mais diversas finalidades sociais (TONELLA, 2008) e ainda pelo fato de que muitos participam de conselhos gestores e, por conseguinte, da proposição, elaboração e implementação de políticas públicas no âmbito municipal (GIMENES, 2011).

Foram considerados como população da pesquisa os dirigentes de entidades sociais legalmente constituídas como FASFIL no município de Maringá (PR) detentoras de algum título de reconhecimento concedido pelo Governo Federal, totalizando 113 indivíduos, dentre os quais foram sorteados aleatoriamente 82 dirigentes, compondo uma amostra representativa com nível de confiança de 95% e intervalo de confiança de 5%.

Os dados coletados foram tabulados com o software *PASW Statistics 18* e analisados por meio de técnicas estatísticas descritivas (BOHRNSTEADT; KNOKE, 1988; BARBETTA, 2011). Ademais, faz-se relevante mencionar ainda a afirmação de Ribeiro e Bolognesi (2008), quando da conclusão de sua pesquisa acerca da elite política paranaense, de que

Uma análise adequada dos pressupostos da sofisticação e coerência do sistema de valores e crenças de uma elite política [...] deveria adotar um procedimento comparativo na análise de dados de *survey* que confrontasse as orientações desse grupo com aquelas partilhadas pela população em geral, composta pelos ‘homens comuns’ que não têm a política como atividade fundamental.

Desta forma, além da análise descritiva dos dados referentes às modalidades de participação, os mesmos serão comparados àqueles referentes à população da mancha urbana da Região Metropolitana de Maringá (TONELLA, 2011) e à população brasileira (LATINOBARÓMETRO, 2007).

4. Medidas de participação política convencional e não convencional entre atores políticos não estatais

Os atores políticos cujos valores são analisados nesta pesquisa compõem uma elite não estatal majoritariamente masculina, de idade superior a 40 anos, com alta escolaridade, brancos, religiosos, casados, com filhos, com empregos com altos rendimentos, trabalham em empresas privadas e se identificam como pertencentes à classe média. Tais indivíduos apresentaram tendência a posicionamento de direita no espectro ideológico, alto interesse por política e entendimento mediano quanto à sua eficácia política subjetiva, nos termos definidos por Almond e Verba.

Sobre tais dados cabe destacar que tais atores apresentam configuração demográfica diferenciada da população municipal, uma vez que esta é predominantemente feminina, com concentração superior à 60% da população em faixas etárias inferiores a 40 anos e com rendimentos mensais em torno de 3 salários mínimos.

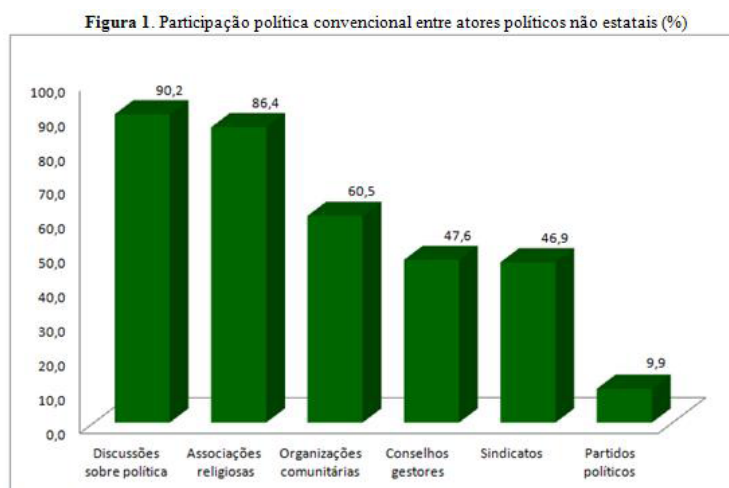
Sobre o vínculo empregatício, destaque-se que 53,2% trabalham em empresas privadas ou indústrias, ao passo que 36,4% trabalham em organizações privadas não-lucrativas e apenas 10,4% trabalham para o governo ou instituições públicas. Dentre tais percentuais faz-se salutar mencionar que mais de um terço dos dirigentes são remunerados pelas entidades em que atuam, mas 63,6% atuam de maneira voluntária na gestão de tais instituições.

Em termos de engajamento nas FASFIL, a aplicação dos questionários permitiu inferir que a maior parte dos entrevistados atua a cerca de 15 anos nas entidades, mesmo valor encontrado para a média da variável. No entanto, existe um *outlier* referente a um dirigente que se encontra envolvido com a instituição a 45 anos. Além dessa informação, cabe ressaltar que 37% declararam participar de mais entidades além daquelas das quais são dirigentes, o que indica expressiva participação em entidades entre o público pesquisado.

Em se tratando especificamente dos dados que permeiam a presente discussão, os atores políticos não estatais foram submetidos a questões relacionadas às formas de participação política convencional e não convencional.

As questões referentes ao engajamento convencional tratavam da declaração de participação em partidos políticos, organizações comunitárias (desportivas, artísticas ou de proteção ao meio ambiente), organizações religiosas ou igrejas, sindicatos ou associações profissionais, conselhos gestores e conversas e discussões relacionadas a política. Os resultados da bateria de questões relacionadas a participação política convencional seguem expostos na figura abaixo.

Figura 1.



Fonte: Pesquisa “Cultura política e elites não estatais” (GIMENES, 2011a).

A Figura 1 permite inferir que o percentual de dirigentes que conversa sobre política se destaca dentre as formas de participação política convencional, porém em medida pouco superior à participação em organizações religiosas ou igrejas, o que se justifica se considerarmos que apenas 2,4% dos entrevistados declararam não pertencer a nenhuma religião ou grupo religioso.

Com relação ao percentual de atores que participam de organizações comunitárias, cabe destacar que tal valor se refere apenas àquelas entidades ou grupos alheios à função de dirigente de FASFIL exercida pelo entrevistado, de modo que tal medida expressa o engajamento dos indivíduos em atividades ou instituições diferentes daquelas com as quais possuem o compromisso da gestão.

Em se tratando dos conselhos gestores, é importante destacar que os entrevistados que participam de tais instrumentos democráticos não representam apenas as entidades das quais são dirigentes, mas a totalidade daquelas que desenvolvem atividades relacionadas à área de atuação de cada conselho, uma vez que no município a escolha dos representantes das FASFIL para atuação junto aos conselhos é realizada por seus pares, ou seja, pelos próprios dirigentes das entidades. Desta forma, os 47,6% de conselheiros vinculados às FASFIL representam a

totalidade de interesses e necessidades de tais entidades, ainda que apenas estes participem da gestão estatal por meio dessa modalidade de participação.

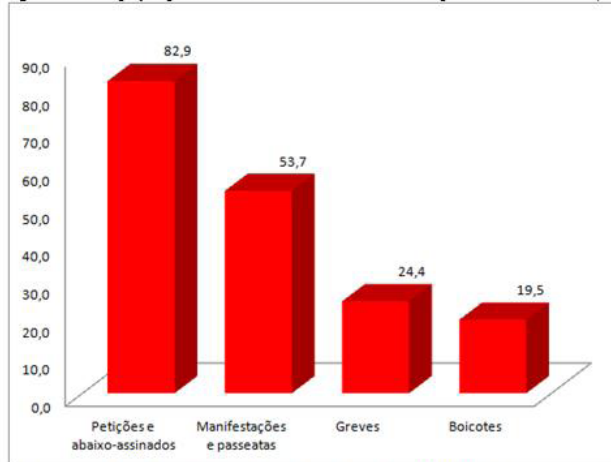
Com pequena variação percentual em relação à participação em conselhos gestores é possível identificar os sindicatos e associações profissionais, entidades representativas de trabalhadores cujo procedimento para a análise seguiu os mesmos critérios mencionados para as organizações comunitárias. Tratando especialmente desta variável é importante mencionar que dentre as entidades sorteadas aleatoriamente para a composição da amostra nenhuma tinha como área de atuação a defesa de direitos trabalhistas, o que confere lisura ao percentual encontrado para tal forma de participação.

Por fim, com o percentual menos expressivo identificamos a participação em partidos políticos, o que poderia ser explicado pela necessidade de tais dirigentes de negociar demandas e discutir questões com representantes de diferentes siglas partidárias nos poderes Executivo e Legislativo³.

Com relação às formas não convencionais de participação, o questionário continha questões acerca do engajamento em petições e abaixo-assinados, boicotes, greves e manifestações e passeatas. Os resultados da bateria de questões relacionadas a participação política não convencional seguem expostos na Figura 2.

Figura 2.

Figura 2. Participação política não convencional entre atores políticos não estatais (%)



Fonte: Pesquisa "Cultura política e elites não estatais" (GIMENES, 2011a).

A figura acima destaca o alto percentual de atores políticos que já assinaram petições ou abaixo-assinados, cujo valor supera em muito aquele apresentado na coluna referente às manifestações ou passeatas, cujos resultados também apresentaram percentual de engajamento superior a 50% dos entrevistados.

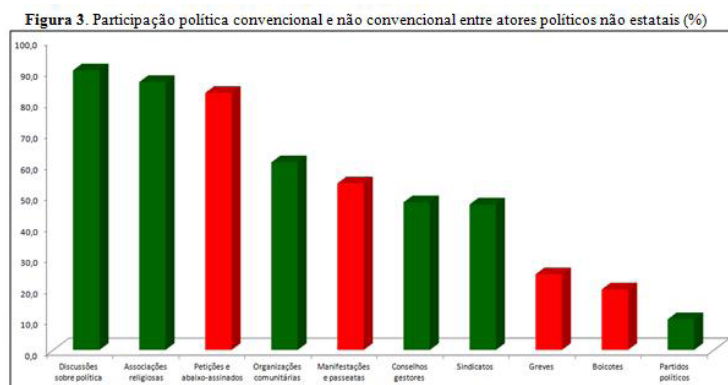
Por sua vez, a participação política contestatória por meio de greves e de boicotes obteve pouca adesão entre os dirigentes de FASFIL, uma vez que os percentuais de entrevistados que

³ Tal discussão foi abordada em Gimenes (2011) quando da explicação acerca da ausência de identificação de partidos políticos de preferência ou repulsa pelos atores políticos não estatais por meio de análise estatística bivariada. A hipótese explicativa abordada foi de que exposição de preferência ou repulsa por algum partido político poderia se caracterizar como empecilho para o estabelecimento ou manutenção do diálogo com os atores públicos responsáveis, uma vez que existe grande rotatividade de partidos políticos nos Poderes Executivo e Legislativo no cenário político municipal.

declararam já ter participado de ambas as formas de protesto concentraram menos de um quarto dos casos.

Se analisarmos ambas as figuras (1 e 2) de maneira conjunta é possível visualizar três diferentes blocos de modalidades de participação em termos de percentual de engajamento dos atores políticos não estatais, conforme exposto na Figura 3.

Figura 3.



Fonte: Pesquisa “Cultura política e elites não estatais” (GIMENES, 2011a).

A figura acima nos permite classificar as modalidades de participação em três diferentes blocos de acordo com os percentuais de engajamento decorrentes das respostas ao questionário: alta, mediana e baixa participação. Considerando tal divisão, podemos classificar como modalidades com altos índices de engajamento as discussões sobre política, associações religiosas ou igrejas e assinaturas de petições e abaixo-assinados. São classificadas como formas de mobilização com participação mediana entre os atores políticos não estatais as organizações comunitárias, manifestações e passeatas, conselhos gestores e sindicatos. Por fim, apresentaram baixos índices de engajamento as medidas de participação em greves, boicotes e partidos políticos.

Sobre os resultados das diferentes modalidades de participação cabe uma consideração: os percentuais registrados por conversas e discussões sobre política e assinaturas de petições e abaixo-assinados podem estar relacionados ao avanço de temas relacionados à política na internet, destacados por Tonella (2011) em sua pesquisa na RMM, principalmente por conta das redes sociais. Tal possibilidade, no entanto, não foi alvo de questionamento específico da pesquisa “Cultura política e elites não estatais” quando de sua elaboração por conta da menor expressão dos meios digitais em termos de possibilidade de participação se comparada aos dias atuais⁴.

4 Atualmente, a participação por meio de discussões e mobilizações organizadas em redes sociais, assim como petições e abaixo-assinados, se constitui em tema relevante às pesquisas relacionadas ao engajamento político, de modo que é de entendimento deste autor que tal temática se apresenta cada vez mais relevante em termos de agenda de pesquisa no campo da Cultura Política.

5. Análise comparativa da participação política convencional e não convencional entre atores políticos não estatais com públicos local e nacional

A apresentação dos resultados constantes na seção anterior é relevante para a identificação das modalidades de engajamento político do segmento de elite estudado. No entanto, para além dessa dimensão descritiva, o presente artigo estabeleceu como objetivo também a verificação de tais dados em comparação com bases de dados referentes às populações da Região Metropolitana do município de Maringá e brasileira, a fim de identificar semelhanças ou discrepâncias entre as medidas de participação convencional e não convencional entre os três grupos.

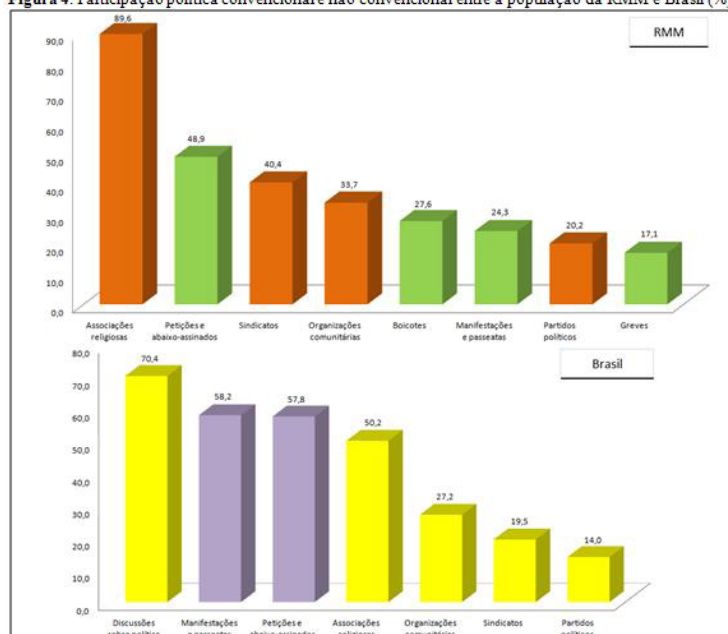
Com relação à base de dados local, esta se refere à pesquisa empreendida por Tonella (2011) com uma amostra da população da RMM. Em se tratando da população nacional, os resultados expostos decorrem da última onda de *surveys* aplicados pelo Latinobarómetro no Brasil, no ano de 2007. Os percentuais de declaração de participação em modalidades convencionais e não convencionais entre a população da RMM e nacional seguem expostas na Figura 4.

Considerando os valores dispostos na parte superior da Figura 4 é possível destacar a participação em associações religiosas e igrejas, cujo percentual próximo a 90% se distancia em muito dos valores atingidos pelas demais formas de participação, os quais demonstraram relativa distribuição de frequência entre engajamento convencional e não convencional entre a população da mancha urbana da Região Metropolitana de Maringá, uma vez que tais valores demonstraram, em escala decrescente, indicação de participação por meio de assinaturas de petições e abaixo-assinados, participação em sindicatos, em organizações comunitárias, em boicotes, em manifestações e passeatas, em partidos políticos e em greves.

Já com relação à população nacional, cujos dados são apresentados na parte inferior da referida figura, fica evidente que, à exceção das conversas e discussões sobre política, os brasileiros manifestaram maior participação por meio de formas não convencionais que dentre aquelas convencionais tratadas no questionário aplicado pela Latinobarómetro, inclusive atingindo percentuais muito semelhantes de engajamento por parte dos entrevistados.

Figura 4.

Figura 4. Participação política convencional e não convencional entre a população da RMM e Brasil (%)

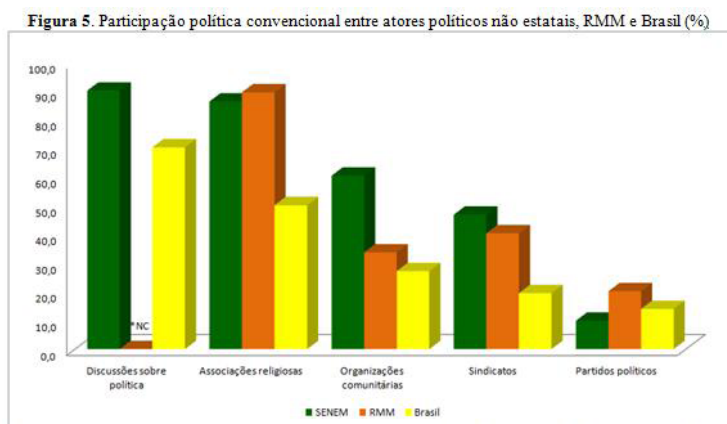


Fonte: Elaborado pelo autor com base em Tonella (2011) e Latinobarómetro (2007).
Onde: RMM = Região Metropolitana de Maringá

Cabe ressaltar que as bases de dados decorrentes do *survey* do Latinobarómetro (2007) e da pesquisa empreendida por Tonella (2011) não contemplavam a totalidade das formas de participação abordadas na pesquisa “Cultura política e elites não estatais”, de modo que as considerações acerca da variação do engajamento político convencional e não convencional entre os diferentes públicos se deu a partir das comparações possíveis.

Uma vez apresentados perfis da participação política convencional e não convencional em nível local e nacional a partir das informações constantes na Figura 4, é possível tratar da comparação entre as formas de engajamento político por parte dos atores políticos não estatais e as demais populações mencionadas. A Figura 5 expõe as formas de participação convencional em perspectiva comparada.

Figura 5.



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Gimenes (2011a); Tonella (2011) e Latinobarómetro (2007).
 Onde: SENEM = Segmento de elite não estatal maringaense
 RMM = Região Metropolitana de Maringá
 *NC = Não consta [no questionário da pesquisa]

Primeiramente é necessário destacar a ausência da questão acerca de discussões sobre política na pesquisa de Tonella (2011), bem como de questionamento sobre a participação em conselhos gestores na mesma pesquisa e naquela desenvolvida pelo Latinobarómetro (2007). Em se tratando dos dados apresentados, fica evidente a ausência de uniformidade entre as formas de participação política convencional, de modo que é cabível uma análise desvinculada das referidas manifestações de engajamento.

Em termos de discussões sobre política os atores políticos não estatais maringaenses apresentaram maior indicação de conversas, com considerável diferença percentual próxima aos vinte pontos percentuais, o que permite inferir que o segmento de elite não estatal composto por dirigentes de FASFIL congrega indivíduos com maior propensão ao diálogo político que a população brasileira em geral.

Com relação às associações religiosas e igrejas, os atores políticos não estatais informaram participar em medida próxima àquela manifestada pela população da RRM, ainda que esta tenha se manifestado em maior quantidade. Já os dados do Latinobarómetro apontaram para participação moderada nas referidas entidades por parte da população nacional, um indicativo de os cidadãos da Região Metropolitana de Maringá, dentre os quais estão aqueles pertencentes ao segmento de elite destacado, participam em maior medida de instituições religiosas que os brasileiros.

Quanto às organizações comunitárias, os dirigentes de FASFIL manifestaram percentual

moderado de participação em tais entidades, porém superior a 60% dos casos, um valor consideravelmente superior aquele encontrado por Tonella (2011) e pelo Latinobarómetro (2007), o que em muito pode ocorrer pelo relacionamento direto dos atores políticos não estatais com o meio em que as organizações comunitárias desenvolvem suas atividades.

Já em se tratando dos sindicatos e associações profissionais, assim como verificado entre os resultados para associações religiosas, os percentuais referentes ao segmento de elite sob análise a população de Maringá, Sarandi e Paiçandú foram muito próximos, desta vez com destaque para aquele relacionado os atores políticos não estatais. Tais valores, moderados em termos percentuais, representam participação maior que o dobro daquela identificada entre a população brasileira em geral.

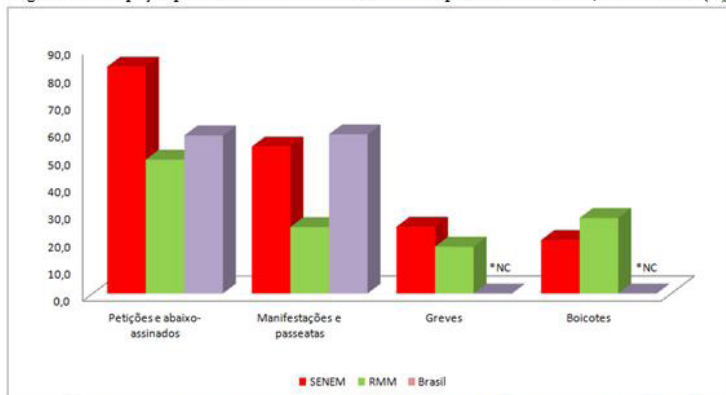
Por fim, o engajamento em partidos políticos foi a forma de participação convencional que atingiu menores percentuais, os quais demonstraram que os atores políticos não estatais atuam de maneira tímida em tais instituições se comparados com a população da RMM, cujo valor identificado corresponde a cerca do dobro da participação, e da população nacional, cuja participação se manifestou em medida superior à dos dirigentes em quatro pontos percentuais. Cabe recordar que a hipótese explicativa para a baixa participação dos dirigentes de FASFIL em partidos políticos foi destacada na seção anterior.

Diante da Figura 5 e da análise acima, é possível inferir que os atores políticos não estatais maringaenses empreendem maiores índices de participação convencional que a população da RMM e brasileira em geral, uma vez que a análise comparativa destaca percentuais muito próximos ou maiores que aqueles referentes ao grupo local e maiores que os manifestados pela população nacional. A única exceção a tal constatação diz respeito à participação em partidos políticos, mas o fato de ambos os grupos comparados apresentarem baixos percentuais de engajamento em tais instituições nos permite extrapolar as considerações referentes às demais formas de participação convencional para o conjunto de tais medidas.

De maneira semelhante à discussão corrente, a Figura 6 apresenta as comparações entre as formas de participação não convencional para os atores políticos não estatais maringaenses e as populações da RMM e nacional.

Figura 6.

Figura 6. Participação política não convencional entre atores políticos não estatais, RMM e Brasil (%)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Gimenes (2011a); Tonella (2011) e Latinobarómetro (2007).

Onde: SENEM = Segmento de elite não estatal maringaense

RMM = Região Metropolitana de Maringá

*NC = Não consta [no questionário da pesquisa]

Assim como ocorrido na análise da Figura 5, cabe primeiramente ressaltar que não constam no questionário aplicado pelo Latinobarómetro questões referentes à participação por meio de greves e boicotes, de modo que tais comparações se deram apenas em nível local.

Em se tratando de petições e abaixo-assinados, o elevado percentual encontrado entre os atores políticos não estatais não se replica entre a população local e nacional, cuja participação se manifesta em níveis moderados. É importante ressaltar que ainda que a população da RMM apresente menor percentual de engajamento por meio da assinatura de petições e abaixo-assinados que os brasileiros em geral, tal constatação não se replica entre os dirigentes de FASFIL, mais engajados politicamente em relação a tal modalidade participativa.

Com relação à participação por meio de manifestações e passeatas, novamente os atores políticos não estatais apresentaram percentuais consideravelmente mais elevados que aqueles decorrentes da população local. Entretanto, apesar de se constituírem em valores muito próximos daqueles identificados para a população nacional, os dirigentes de FASFIL declararam menor participação em manifestações e passeatas que os brasileiros em geral.

Quanto à participação em greves e boicotes, tanto os atores políticos não estatais quanto a população da RMM demonstraram baixos percentuais de engajamento em tais modalidades. Entretanto, enquanto os dirigentes de FASFIL se declararam mais engajados em greves, a população da mancha urbana de Maringá demonstrou maior participação em atividades de boicotes.

Diante da Figura 6 e da análise acima, é possível inferir que os atores políticos não estatais maringaenses não atuam de maneira uniforme nas modalidades de participação política não convencional. Contudo, tal engajamento se manifestou em medidas superiores ou próximas às superiores manifestadas pelas demais populações quando estas representavam os maiores percentuais, a exceção das assinaturas em petições e abaixo-assinados, que se destacaram como forma de engajamento contestatório com alto índice de participação por parte dos dirigentes de FASFIL.

6. Conclusão

Baseado em autores que destacam a maior importância a ser atribuída aos valores, crenças e comportamentos das elites em relação à cultura política da população em geral, o presente artigo buscou mensurar, por meio do estudo de um grupo de atores políticos componentes de um segmento de elite não estatal que conferem grande apoio ao regime democrático em termos normativo e avaliativo, a participação política entre tais indivíduos nas diferentes formas de engajamento político convencional e não convencional, bem como a análise comparativa dos dados resultantes desta medição com outras bases de dados, com vistas a identificar as semelhanças ou diferenças entre as medidas de participação convencional e não convencional nas suas várias formas entre os atores selecionados e os cidadãos da Região Metropolitana de Maringá e a população nacional. Tais procedimentos analíticos foram desenvolvidos nas seções 4 e 5.

Com relação ao primeiro objetivo, foram identificados percentuais altos e moderados para a participação política convencional entre os atores políticos não estatais maringaenses, à exceção dos partidos políticos, enquanto as formas não convencionais de participação se distribuíram entre alto, moderado e baixo índice de engajamento.

Em se tratando do segundo objetivo, a comparação entre as medidas de participação política convencional permitiram inferir que os dirigentes de FASFIL empreendem maiores índices

de participação convencional que a população da RMM e brasileira em geral, novamente excluindo apenas os partidos políticos.

Por fim, no que tange às medidas de participação política não convencional, os resultados permitiram inferir que tal modalidade de engajamento sofre variações de acordo com instrumentos utilizados para tanto. Além do destaque conferido às assinaturas de petições e abaixo-assinados, verificou-se que a participação em manifestação e passeatas se aproximou da frequência encontrada para os brasileiros e o engajamento em greves e boicotes foi próximo àquele identificado entre a população da RMM.

Diante de tais resultados é possível inferir que os atores políticos não estatais maringenses que atuam como dirigentes de FASFIL gozam de uma cultura política diferenciada da população local e nacional, conclusão esta consonante com aquela decorrente da pesquisa acerca das medidas de adesão normativa e específica ao democratismo, que identificou maiores índices de apoio entre o referido segmento em relação a um grupo local de dirigentes de entidades sociais, a população da RMM, a segmentos de elites políticas paranaenses e político-administrativas nacionais e a população brasileira em geral (GIMENES, 2011).

Tal conclusão, mais que encerrar uma discussão, parece-nos um ponto de partida para novos estudos, com vistas a responder uma nova pergunta que surge quando nos deparamos com os resultados apresentados neste artigo e na dissertação que tratou da adesão democrática entre tais atores (GIMENES, 2011). A questão seria: a quantidade de participação à qual os dirigentes de FASFIL entrevistados tiveram acesso seria capaz de aumentar a qualidade de sua participação em termos de apoio à democracia ou se seria a qualidade de seus valores democráticos que lhes conduziram a uma maior quantidade de participação?

Uma vez que a foram identificados maiores níveis de apoio à democracia e de engajamento político, a realização de estudos acerca do relacionamento entre tais variáveis poderia, além de explicar a causalidade entre as partes, fornecer subsídios para o entendimento das características que fortalecem ou prejudicam tal relação.

Referências

ALMEIDA, B. G. M. de; BRAUNERT, M. B. Técnicos de Estado e democracia: os valores políticos da elite político-administrativa paranaense. In: PERISSINOTTO, R. *et al.* (Org.). *Quem governa? Um estudo das elites políticas do Paraná*. Curitiba: UFPR, 2007.

ALMOND, G.; VERBA, S. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Princeton: Princeton University Press, [1963] 1989.

BARBETTA, P. *Estatística aplicada às Ciências Sociais*. 7. ed. rev. Florianópolis: UFSC, 2011.

BOHRNSTEDT, G. W.; KNOKE, D. *Statistics for Social Data Analysis*. 2. ed. Itasca: Peacock, 1988.

BORBA, J.; RIBEIRO, E. A. Participação convencional e não convencional na América Latina. In: BAQUERO, M. (Org.). *Cultura(s) políticas(s) e democracia no século XXI na América Latina*. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

CATTERBERG, G. Evaluations, referents of support, and political action in new democracies. *International Journal of Comparative Sociology*, Thousand Oaks, v. 44, jun. 2003. p. 173-198.

DALTON, R. J.; WATTENBERG, M. P. *Parties without partisans: political change in advanced industrialized democracies*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

DELLA PORTA, D. *Introdução a Ciência Política*. Lisboa: Editorial Estampa, 2003.

EASTON, D. A re-assessment of the concept of political support. *British Journal of Political Science*, Cambridge, v. 5, n. 4, 1975. p. 435-457.

FREITAS, H. *et al.* O método de pesquisa survey. *Revista de Administração*, São Paulo, v. 35, n. 3, jul./set. 2000. p. 105-112.

GIMENES, E. R. *Cultura política e democracia: apoio difuso e específico entre um segmento da elite não estatal do município de Maringá (PR)*. 2011. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Maringá: UEM, 2011.

_____. *Base de dados: Cultura política e elites não estatais*. 2011a.

GONZÁLEZ, R. S. Democracia, cultura política e experiências participativas na América Latina. In: BAQUERO, M. (Org.). *Cultura(s) políticas(s) e democracia no século XXI na América Latina*. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

GRYNSZPAN, M. A teoria das elites e sua genealogia consagrada. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, n. 41. jan./jun. 1996. p. 35-83.

INGLEHART, R.; CATTERBERG, G. Trends in political action: the development trend and the post-honeymoon decline. *International Journal of Comparative Sociology*, Thousand Oaks, v. 43, n. 3-5, oct. 2002. p. 300-316.

LATINOBARÓMETRO. *Banco de dados*. 2007.

LIMA, M. R. S. de; CHEIBUB, Z. B. Instituições e valores. As dimensões da democracia na visão da elite brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 31, 1996. p. 83-110.

MILBRATH, L. *Political Participation: How and why do people get involved in politics?* Chicago: Rand McNally, 1965.

MOISÉS, J. A. Cidadania, confiança e instituições democráticas. *Revista Lua Nova*, n. 65, 2005. p. 71-94.

_____. *Os brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática*. São Paulo: Ática, 1995.

NORRIS, P. *Democratic Phoenix: political activism worldwide*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

PERISSINOTTO, R. *et al.* (Org.). *Quem governa? Um estudo das elites políticas do Paraná*. Curitiba: UFPR, 2007.

PUTNAM, R. (Org.). *El declive del capital social*. Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2003.

RIBEIRO, E. A. *Valores pós-materialistas e cultura política no Brasil*. 2008. Tese de Doutorado em Sociologia. Curitiba: UFPR, 2008.

RIBEIRO, E. A.; BORBA, J. Participação e pós-materialismo na América Latina. *Revista Opinião Pública*, Campinas, v. 16, 2010. p. 28-63.

RIBEIRO, E. A.; BOLOGNESI, B. As elites paranaenses e a democracia: explorando a estrutura dimensional e os determinantes dos seus valores e atitudes políticas. *Revista Tomo*, São Cristóvão, n. 12, jan./jun. 2008. p. 83-110.

TONELLA, C. Cultura política, dimensões do exercício da cidadania e participação na vida pública em cidades da Região Metropolitana de Maringá – PR. In: Congresso Latino Americano de Opinião Pública da WAPOR, 4, 2011, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: WAPOR, 2011.

_____. Participação social cultura política e indicadores de associativismo: os dirigentes de entidades sociais. In: Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, 6, 2008, Campinas. *Anais...* Campinas: ABCP, 2008.

VERBA, S.; NIE, N. H. *Participation in America*. Political democracy and social equality. New York: Harper & How, 1972.

WELZEL, C.; INGLEHART, R.; DEUTSCH, F. S. Social capital, voluntary associations and collective action: Which aspects of social capital have the greatest 'Civic' Payoff? *Journal of Civil Society*, London, v. 1, n. 2, set. 2005. p. 121–146.

